

## EDITORIAL

**A**valiação, ano 17, edição de número 60. Desde julho de 1996, esta revista vem reunindo textos e autores do Brasil e dos demais países de línguas portuguesa e espanhola em torno da temática da educação superior, com ênfase na avaliação da educação superior. Mais de seiscentos artigos, de variada procedência e com diferentes abordagens, apresentam reflexões, ensaios e resultados de estudos que, certamente, têm prestado uma significativa contribuição ao avanço, aprofundamento e consolidação da área de avaliação e da temática geral da educação superior. Professores, estudantes de pós-graduação e administradores da educação superior, principalmente, têm utilizado esses trabalhos em apoio a pesquisas e a tomadas de decisão. Desde o início e ao longo desses 17 anos, esta revista tem defendido alguns princípios. O mais importante e fundamental: educação é um direito humano universal, dever do Estado e, então, é a base da construção de sociedades justas, solidárias, igualitárias e comprometidas com um modelo de desenvolvimento humano integral e sustentável. Todos têm direito à educação de qualidade técnico-científica, social e ética. *Em um mundo onde o conhecimento, a ciência e a tecnologia desempenham um papel de primeira grandeza, o desenvolvimento e o fortalecimento da Educação Superior constituem um elemento imprescindível para o avanço social, a geração de riqueza, o fortalecimento das identidades culturais, a coesão social, a luta contra a pobreza e a fome, a prevenção da mudança climática e a crise energética, assim como para a promoção de uma cultura de paz,* diz a Declaração da Conferência Regional de Educação Superior, ocorrida em Cartagena, em 2008, promovida pelo IIESALC/UNESCO. A educação superior tem um papel central no desenvolvimento econômico e social. Não só produz os conhecimentos e técnicas que intervêm na economia e na qualidade de vida dos indivíduos, mas, também, atua na formação e fortalecimento dos valores da cidadania pública. A avaliação vai muito além de dimensões técnicas e operacionais. Constitui o eixo das reformas e das configurações desenhadas para os sistemas e para as instituições de educação superior, no contexto amplo das transformações econômicas, sociais, culturais e políticas. Tem, portanto, um forte significado político e social.

Breves linhas a seguir dão uma pequena ideia dos temas tratados nesta edição. **Elisa Antonia Ribeiro** discute as políticas de avaliação da educação superior nos governos de FHC e Lula, tendo como pano de fundo a economia neoliberal. Apresenta a lei que criou o SINAES e destaca as tendências da avaliação da educação superior após o governo ter editado, em 2008, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral dos Cursos (IGC). Julga que esses índices alteraram a lógica formativa do SINAES e geraram alguma descrença com relação à proposta original desse sistema de avaliação. Corroboram essa afirmação os resultados de uma pesquisa empírica efetuada em duas IES. **Eugênio Alves da Silva** e **Maria da Conceição Barbosa Mendes** mostram em seu texto as razões de considerarem muito relevante e pertinente o exercício da avaliação institucional na Universidade Agostinho Neto, Angola, enquanto mecanismo de prestação de contas e fator de regulação e desenvolvimento organizacional. Para o efeito, analisam os argumentos e representações apresentados por vários gestores e as lógicas subjacentes à política de avaliação institucional. **Mariana Pfeifer** analisa um conjunto de dicotomias encontradas na literatura especializada a respeito das concepções de avaliação da educação superior. Para a autora, essas dicotomias revelam a existência de um cenário plural e cheio de contradições conceituais nas esferas da gestão acadêmica e administrativa das IES e da gestão pública. **Karina Tiemi Murata** e **Cristiano Roque Antunes Barreira**, utilizando-se de recursos da fenomenologia e da psicologia do esporte, buscam identificar e compreender os processos reflexivos prevalentes na relação interpessoal de formandos em um curso de educação física. O estudo mostrou que prevalece o modo de pensamento mecanicista e sugere a importância de processos reflexivos. O artigo seguinte também vem da área de educação física. **Francisca Islandia Cardoso da Silva**, **Janete de Páscoa Rodrigues**, **Ahecio Kleber Araújo Brito** e **Nanci Maria de França** buscam compreender os fatores que motivaram a evasão de alunos do curso de educação física de sua universidade. Dentre os fatores, citam falta de informações sobre o curso, descontentamento com o curso, imaturidade, simultaneidade de dois cursos e, sobretudo, equívoco na escolha. **Rogério Bezerra da Silva** considera que o problema que está na base da relação entre universidade e governo diz respeito à manutenção dele como fomentador do conhecimento produzido por ela, sem que o governo venha a interferir nas autonomias de gestão e de pesquisa da universidade. O autor apresenta um instrumental que possibilita verificar o quanto as autonomias da universidade sofrem constrangimentos do governo. Relativamente ao Brasil, conclui o autor que é a própria comunidade universitária, com a cooperação

dos burocratas das agências de apoio à pesquisa, que ditam os rumos das autonomias da universidade. **Luciana Londero Brandli, Marcos Antonio Leite Frandoloso, Kéllen Tolotti Fraga, Letícia Canal Vieira e Luis Adriel Pereira** apresentam resultados da aplicação de um instrumento desenvolvido especificamente para medir a sustentabilidade ambiental em IES. Neste caso, a aplicação se deu na Universidade de Passo Fundo. Os autores apontam que houve significantes diferenças entre os cursos, demonstrando falta de visão estratégica e de gestão da universidade e concluem que a existência de uma política e gestão ambiental adequada se faz necessária para que a sustentabilidade seja inserida de forma eficaz no ensino da instituição. **Elita Grosch Maba e Sidnei Vieira Marinho** tratam da relação entre o sistema de avaliação institucional e o processo de decisão, especificamente em seis Faculdades de Tecnologia pertencentes à Administração Regional do SENAC. Segundo o estudo, a autoavaliação institucional facilita o processo decisório, provendo informações que permitem avaliar cada situação, identificando os pontos fortes e fracos da IES. **Saulo Aparecido de Souza e José Nilson Reinert** analisam a participação discente nas publicações de 38 programas de pós-graduação em Administração. Alguns resultados: a participação discente é maior nos programas de IES públicas do que nas privadas no período estudado (2.000-2008), tornando-se, porém, não significativamente diferente nos últimos anos da série estudada. A participação discente está aumentando mais nas privadas que nas IES públicas. **Nathália de Fátima Joaquim, Ana Alice Vilas Boas e Alexandre de Pádua Carrieri** tratam do tema da formação de professores universitários, comparando os resultados da pesquisa em uma IES pública e outra privada. Além do Estágio Docência, recomendam outras possibilidades de vivenciar a prática docente, como em laboratórios de aprendizagem etc.. **Diana Ribeiro Pereira e Maria Assunção Flores** investigaram as percepções de um grupo de estudantes universitários da Universidade do Minho sobre avaliação, particularmente sobre os métodos mais utilizados e a relação entre avaliação e aprendizagem. Segundo esse estudo, os aspectos que os estudantes mais associam à avaliação são a aprendizagem, os testes/exames, a verificação de conhecimentos e as notas/classificação. Quanto aos métodos de avaliação, as apresentações orais em grupo, os testes e os relatórios de grupo são os mais utilizados na perspectiva dos alunos, destacando-se, portanto, os que apelam mais ao trabalho de grupo, em detrimento do individual. Neste artigo, discutem-se ainda os métodos tradicionais *versus* métodos alternativos de avaliação quanto à sua eficácia na perspectiva dos alunos e respectivas implicações. **Jane Soares de Almeida e Marisa Soares** apresentam resultados de uma

pesquisa sobre histórias de vida de mulheres que atuam como docentes em um curso de pós-graduação, desde seus processos formativos aos seus desafios no exercício profissional, procurando responder a questão posta no título: mudaram os tempos; mudaram as mulheres? Coletaram os dados por meio de depoimentos de caráter livre, para verificar se as conquistas das mulheres nos anos de 1960/70, derivadas dos movimentos feministas, tiveram repercussão no seu trabalho e no cotidiano.

Boa Leitura!

*José Dias Sobrinho*  
- editor

**NOTA DO EDITOR:** A pedido dos autores **Larissa Conceição dos Santos** e **Oscar C. Vázquez**, o título em inglês do artigo publicado na edição anterior como “Organizational Environment Research as a support tool for evaluation of Higher Education Institutions” deve constar como segue: **Organizational Climate Research as a Support Tool For Evaluation of Higher Education Institutions**. Também por solicitação dos autores deve ser suprimida a conjunção “and” na quarta linha do abstract. A frase correta é: **The role of Institutional Evaluation in higher education is increasingly important, as well as the development of pertinent instruments for its success.**